

A GLOBALIZAÇÃO E OS DILEMAS DA SAÚDE UNIVERSAL

Mirta Roses Periago
Fernando Lolas Stepke

Sentidos e alcance do termo globalização

O termo globalização, como outros que se difundiram rapidamente, é polissêmico. Significa coisas diferentes para diferentes pessoas. De imediato, entende-se por ele uma maior disponibilidade de recursos técnicos e tecnológicos, que vieram apequenar o planeta, reduzir as limitações físicas e temporais, e facilitar as operações do dia-a-dia. Os aparelhos de comunicação, os veículos de transporte e os microprocessadores eliminam as barreiras devidas ao espaço, ao tempo e à capacidade pessoal. Os avanços tecnológicos, como os telefones celulares, aviões de passageiros e computadores pessoais, não devem ser vistos somente em seu valor instrumental. Eles modificaram qualitativamente o valor e o alcance da vida humana, reduzindo em certo sentido as limitações, mas invadindo em outros os terrenos da intimidade e aumentando as exigências impostas ao corpo humano. Os vícios provocados pela Internet, a obsessão pela comunicação permanente, o sedentarismo da televisão e dos computadores, modificaram hábitos, expectativas e a disposição do tempo. A nossa própria fisiologia foi concebivelmente alterada. E isso se refere não somente às técnicas e tecnologias “duras” dos aparelhos e máquinas. As tecnologias “brandas” da comunicação, do relacionamento interpessoal e do planejamento foram modificadas radicalmente.

Essa maior disponibilidade de bens e recursos não implica automaticamente uma acessibilidade maior. Basta pensar nas massas esbulfadas da África, na fome dos países superpovoados, na carência de serviços básicos em que vivem milhões de pessoas. A distribuição dos avanços e seus benefícios reflete as desigualdades preexistentes. Assim, o “nós” que parece aludir à espécie humana e a seus triunfos civilizadores ainda é um termo não abrangente.

Para alguns, globalização é o desenvolvimento acelerado e a difusão progressiva desses recursos. Esse termo, contudo, adquire

outro sentido quando alude a uma maneira de viver, supostamente civilizada, que se estende benéfica a todas as pessoas capazes de adotá-la. Valores como democracia, autodeterminação dos povos e justiça, corporificados em instituições e práticas sociais, são hoje o padrão pelo qual se julga o que antes se conhecia como progresso. Agora—ainda que menos do que há algumas décadas—falamos de desenvolvimento em oposição à simples posse de bens e recursos naturais. Envolve a aplicação a eles de uma racionalidade exploradora e a sua pronta multiplicação financeira em ativos que produzam investimentos. Supõe-se que tais bens vêm a resultar em bem-estar e que esse bem-estar provém de duas fontes: conhecimento científico, por um lado, e os valores predominantes nas potências econômicas, por outro. Assim, o conhecimento se opõe às crenças simples dos povos não industrializados, e qualquer forma de governo ou relação interpessoal que não se coadune com os padrões aceitos em certas regiões do mundo é de antemão rejeitada pelos paladinos da globalização. É evidente que, nesse segundo sentido, a globalização longe está de ser global. Implica práticas hegemônicas que monopolizam as consciências, estabelecendo uma incontestável hierarquia de valores. Não abrange, tampouco, todos os povos e seres humanos, porque alguns resistem a um destino não traçado nem lavrado em seu contexto próprio. No entanto, alguns afirmam que este é o próprio cerne da idéia de globalização.

Em terceiro lugar, para alguns o primeiro, globalização é um conceito econômico. A ampliação dos mercados, os acordos de livre comércio entre países, o livre movimento de bens e pessoas, sem fronteiras nem controles nacionais, são elementos que universalizam às transações comerciais e as repercussões econômicas. Para adaptar-se, os países pequenos e os produtores de matérias-primas precisam conhecer a sua posição no concerto mundial e inserir-se na corrida para atrair investimentos financeiros que permitam assegurar o crescimento econômico. Os que não conseguem modificar suas práticas empresariais, produtivas ou salariais estão condenados ao fracasso.

Tampouco é global esta variante conceptual da globalização. Pela dinâmica do mercado e pelas competências financeiras, este modelo exclui os povos que, pelo azar de seus recursos naturais, geográficos ou humanos, se acham em desigualdade relativa. O sistema econômico mundial não se transforma em um todo harmônico de elementos complementares, pois cada um procura ganhar posições vantajosas e produtivas.

A polissemia do termo globalização alude a dimensões técnicas, culturais e econômicas, mas um breve exame de seus usos como descrição de processos sociais mostra que nenhuma delas identifica um fenômeno realmente global, pelo menos no momento presente e à luz dos efeitos observáveis. Tampouco se deve atribuir-lhe um caráter sempre positivo ou benéfico, já que, nos três âmbitos descritos, intensifica as exclusões e limitações preexistentes na sociedade.

A globalização como ideal benéfico e as formas do poder

A resposta à descrição crítica consiste em assinalar que o processo globalizador ainda não está produzindo todos os seus benefícios por estar incompleto e em desenvolvimento. É absurdo pretender que todos os seres humanos gozarão instantaneamente de seus benefícios. No caso da inovação tecnológica, por exemplo, há necessidade de expansão física, redução de custos de transação e investimento, equilíbrio entre a difusão e a proteção da propriedade intelectual e industrial, imitação controlada e aceitação cultural. Igualmente, seria injusto esperar que os benefícios da globalização cultural chegassem às massas que ignoram as línguas civilizadas, como, por exemplo, o inglês e seus pressupostos culturais essenciais. Deve-se supor que, à medida que aprendam a conviver com as tecnologias sociais e instrumentais dos paladinos hegemônicos da globalização, os excluídos de hoje virão a gozar de seus benefícios. Obviamente, não é necessário repetir o argumento em defesa da globalização econômica, porque, neste caso, os profetas do desenvolvimento e do progresso com inspiração globalizante sugerem aguardar.

É evidente que o conceito de globalização, mesmo numa descrição resumida, precisa ser examinado no tocante a suas implicações ideológicas, o que sugere uma meditação sobre o poder. Mesmo supondo que uma humanidade homogeneizada e globalizada, sem diversidade cultural e regionalismos de crenças e valores, fosse uma meta desejável, isso suporia a sujeição dos que pensam de forma diferente e a eliminação de aspirações discordantes com o paradigma desejável.

Uma consequência da globalização como axiologia ou teoria de valores é considerar as diversidades como negativas. Deve-se entender o poder em sua dimensão saudável, isto é, como beneficente admoção a um comportamento razoável, desejável e civilizado, que conduza os povos a sua culminação histórica sob a orientação de líderes sábios.

Nenhuma dessas afirmações é exclusiva da conjuntura atual. A idéia imperial sempre significou a aglutinação de diferentes povos sob a égide de um poder central, com aspirações de perenidade e universalidade. De fato, os impérios são sempre arquiteturas artificiosas de nações, cuja evolução inclui períodos de crescimento, apogeu e decadência. A periferia dos impérios é sempre o local onde se observam as corrupções inevitáveis do poder e onde emergem poderes alternativos. Em troca de sujeição, os impérios oferecem a paz universal, como a *pax romana*, que formalizou o estatuto do cidadão do império e gerou nos povos marginais o desejo de ingressar no espaço imperial. Essa paz era paga com submissão ao poder, exercido por caudilhos, por instituições ou por burocracias que introduziram o princípio do excedente para financiar luxos como as ciências e as artes.

Independentemente de seu nome, as confederações de nações que podem ser chamadas impérios (Roma, Sacro Império Romano Germânico, Áustria-Hungria, União Soviética, Iugoslávia) tiveram como seu caráter mais proeminente a imposição de metas, valores e práticas culturais a populações heterogêneas. A essas formas de globalização acrescentam-se agora as dimensões tecnológicas e econômicas, desenvolvidas em escalas inéditas. Trata-se, portanto, de uma diferença de magnitude, não de princípio, o que distingue a globalização atual de suas formas anteriores.

É importante destacar que em algumas línguas a palavra poder inclui duas acepções claramente separáveis. Assim, em francês encontramos *pouvoir* e *puissance*, *Macht* e *Gewalt* em alemão, palavras que, ao serem traduzidas por *power*, ou poder, perdem a sutileza de uma distinção de valor para o nosso argumento. De fato, há formas de poder que são simplesmente imposições violentas. E há as que são acatadas com o consenso dos governados ou dos subjugados. No segundo caso, podemos aplicar a expressão “poder legítimo” para indicar que o poder aceito pelo consenso dos governados é diferente da simples submissão a norma alheia. Baseia-se nesta distinção, por exemplo, a possibilidade de distinguir entre normas de conduta heterônomas, ditadas sem autonomia daqueles que devem segui-las, e autônomas, adotadas reflexivamente após ponderar seu alcance e caráter.

A globalização e a saúde como valor desejável

Esta descrição, que uma leitura superficial poderia considerar negativa, é justamente o contrário. Abre as portas a uma reflexão sobre metas, direitos e deveres no contexto do fático. Porque é

verdade que as nações e os povos, em seu trânsito do bando à tribo e da tribo ao Estado, sempre aspiraram ao domínio de outros seres humanos e à imposição de seus valores e crenças. O zelo colonizador é o mesmo que o zelo evangélico, e o conquistador cristão está tão firmemente convencido do caráter sacro de sua missão como o conquistador muçulmano ou pagão. E em princípio, não se pode desconhecer também que sempre há e haverá vencedores e vencidos, porque, independentemente dos métodos ou da violência empregada, a meta é uma forma de sujeição que faça os dominados sentir que sua submissão é legítima. Via de regra, legalidade e legitimidade se dissociam nas empresas imperiais, porque, enquanto aquela é a imposição de uma letra, a outra é a adoção de um sentido de pertença e solidariedade. Elas corporificam as duas formas de poder antes mencionadas.

É necessário imaginar como é a vida nas formações sociais para abordar o tema da saúde, do bem-estar e da qualidade da vida. Continua sendo heurísticamente válida a distinção de Tönnies entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*. Aqueles que convivem na primeira têm no “cara a cara” o fundamento de suas relações interpessoais, as quais se transformam em fins em si mesmas. Fica assegurada a coesão porque todos os participantes são fins para os demais e contribuem para uma empresa comum, conhecida e reconhecida como fruto de corpo social. Já na *Gesellschaft* impessoal, os agentes sociais buscam fins próprios e usam seus coevos para atingi-los. Frequentemente, nem sequer os conhecem por nome e a relação ocorre na virtualidade de papéis sociais abstratos. Ortega y Gasset dizia que as sociedades são “desalmadas”, não têm alma nem interioridade pessoal. Porque não é o policial a pessoa que espera de mim o cumprimento da lei, mas o policial genérico, representante abstrato de um princípio jurídico também abstrato, que, paradoxalmente, só se torna concreto em suas conseqüências e em suas transgressões. A *Gesellschaft* da era moderna não é só desalmada por suas dimensões e pelo aprimoramento dos papéis sociais, que culmina na diferenciação restrita do trabalho especializado. Assim é também porque somos multidões solitárias cujos membros instrumentalizam as relações na busca de seus interesses individuais ou de grupos dentro da sociedade maior.

É neste espaço de relações e, sobretudo, de significados que se deve situar a indagação sobre a saúde e o bem-estar. Virchow, fundador da patologia celular, sustentava que a política é o medicamento das sociedades, e o medicamento, a política do corpo. Essa afirmação pode facilmente ser extrapolada num

experimento mental. A fantasia de viver em um estado de plenitude (individual) é também a de viver em um Estado justo e solidário (social). Assim, ainda que a fisiologia pareça muito alheia à sociologia, cumpre, na realidade, supor que viver corporalmente em uma sociedade de cara a cara é diferente de viver em uma sociedade impessoal. A saúde em uma *Gemeinschaft* não é a mesma que em uma *Gesellschaft*.

Digamos que as dimensões do fenômeno saúde incluem tanto a sensação de plenitude e bem-estar como as expectativas e desejos suscetíveis de satisfação. A desesperança é tão mortífera como as bactérias, e é sem dúvida, uma praga da modernidade ilustrada. E uma vida de qualidade não somente se deixa reduzir aos determinantes da qualidade da vida (como condições materiais e saúde), como também à dimensão prospectiva, à projeção esperada e esperançadora; a um fator diacrônico de antecipação que é identificado às vezes com a sensação de confiança no futuro, a segurança ante as adversidades pressentidas e a conclusão razoável e apropriada dos projetos pessoais e grupais. A instabilidade política leva as pessoas a viver e vivenciar diferentemente. Isso não quer dizer que a saúde seja pior no cenário tormentoso de guerras e revoluções, porque a experiência histórica parece indicar que durante estes eventos as pessoas procuram menos atenção médica. Quer dizer apenas que se vive diferentemente e que essa mudança no estilo de vida modifica a forma em que é sentido o que é saudável e o que não o é.

Costuma-se desconhecer-se o emaranhado valioso de raízes do conceito de saúde, que fica reduzido a uma materialidade estimável na corporalidade, na sobrevivência ou no ajuste à norma. No entanto, é comprovado, vez após vez, que a saúde, enquanto valor, modifica as percepções e as expectativas, no sentido de proporcionar satisfações àqueles que demandam serviços, e recompensas àqueles os prestam, quando é harmônica a relação entre uns e outros.

Os universais da saúde e a globalização

Pode-se entender o debate sobre a universalidade das normas morais no próprio conceito de universalidade dos valores que as justificam e fundamentam. A elaboração de sistemas apropriados de atenção da saúde deve abranger pelo menos três dimensões: a primeira é a arte, isto é, a qualidade técnica dos serviços. Estes devem estar à altura do estado da arte no melhor dos contextos. A segunda é o caráter positivo de seu funcionamento, tanto para

aqueles que os operam como para aqueles que os utilizam. A terceira é a justiça a que aspiram, essencialmente no sentido de igualdade. Como distribuição justa de benefícios e como evitação de desigualdades evitáveis.

A efetividade de um sistema de saúde depende de seus recursos e de sua eficiência. E na eficiência entra não somente a competência técnica de seus integrantes, como também a utilização apropriada dos recursos primários, secundários ou terciários, como se expressa nas três dimensões do apropriado (ou correto), do bom (ou positivo) e do justo (ou equitativo).

Assim como a avaliação ética sempre deve ser feita em determinado contexto cultural, a adequada compreensão de demandas e ofertas nos sistemas de saúde deve levar em conta o contexto local. O grande desafio dos organismos internacionais está precisamente em mediar entre as aspirações locais de grupos e pessoas e os grandes determinantes históricos da vida social. Nesse sentido, a tarefa de uma entidade como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é, por um lado, reconhecer e discernir as determinações macrosociais e macroeconômicas a fim de adaptá-las contextualmente às demandas e necessidades das populações às que serve. É, para dizê-lo em termos simples, uma função de integração pela qual se humaniza e individualiza o que são os grandes desafios, as notáveis perspectivas e as dimensões do processo de globalização. A idéia de uma saúde universal, igual para todos os seres humanos, é uma aspiração nobre que deve levar em conta as limitações e deficiências de aplicação dos princípios morais universais. O serviço da comunidade internacional é proporcionar fundamentos conceptuais e operacionais para a idéia de um “bem comum público e universal” que venha a se converter progressivamente de aspiração em realidade para a maioria e, com o tempo, para todos os seres humanos.

Nesta tarefa, a OPAS, fiel a sua missão, integra as opiniões e deliberações dos cidadãos e instituições que constituem seus Estados Membros e as transforma em políticas públicas saudáveis que são adotadas pelos países na medida de suas prioridades. Trata-se de aproveitar as vantagens da globalização, adaptando-as aos contextos locais no plano da saúde coletiva e individual.

DADOS BIOGRÁFICOS DOS AUTORES

Mirta Roses Periago formou-se como médica cirurgiã na Universidade Nacional de Córdoba em 1969, e obteve diploma de Saúde Pública com orientação em Epidemiologia e o título de Especialista em Doenças Infecciosas da Universidade de Buenos Aires. Também realizou estudos em Medicina Tropical

na Universidade Federal do Estado da Bahia, Brasil. Em 1974, ingressou no Ministério de Saúde Pública da Argentina, onde ocupou cargos nas áreas de Epidemiologia, Pesquisa e Emergências Sanitárias. Incorporou-se à Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde em 1984, como coordenadora da Unidade de Epidemiologia do Centro de Epidemiologia do Caribe, com sede em Trinidad e Tobago. Em 1986, mudou-se para a República Dominicana como epidemiologista, e em 1988 foi designada Representante da OPAS/OMS naquele país. Entre julho de 1992 e janeiro de 1995, serviu como Representante da OPAS/OMS na Bolívia, e em 1995 assumiu o cargo de subdiretora da OPAS, integrando o grupo de subdiretores da Organização Mundial da Saúde e o Grupo Global de Gestão de Programas. Em setembro de 2002, a Dra. Roses foi eleita pelos países das Américas Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana.

Fernando Lolas Stepke obteve seu grau de médico cirurgião da Universidade do Chile e continuou estudos de pós-graduação em medicina psicossomática, psiquiatria e história nas Universidades do Chile e de Heidelberg, Alemanha. Desempenhou os cargos de Diretor da Clínica Psiquiátrica da Universidade do Chile, Vice-Reitor de Assuntos Acadêmicos e Estudantis da mesma universidade e depois Diretor do Centro Interdisciplinar de Estudos em Bioética, que fundou em 1993. Em 1998, incorporou-se à Organização Pan-Americana da Saúde como Diretor do Programa Regional de Bioética, que atualmente faz parte da Área de Fortalecimento de Sistemas de Saúde. É Acadêmico Titular da Academia Chilena da Língua e Correspondente da Real Academia Espanhola. Doutor *honoris causa* de diversas universidades latino-americanas, foi nomeado Professor Titular da Universidade do Chile em 1989 e escreveu mais de 30 livros e mais de 400 artigos científicos em espanhol, alemão, inglês, polonês e português.



REVISTA DO CENTRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
PENSAMENTO ÉTICO
ESCRITÓRIO DE ÉTICA GOVERNAMENTAL DE PORTO
RICO

NÚMERO IV
2006-2007

S U M Á R I O

ARTIGOS

A GLOBALIZAÇÃO E A GESTÃO PÚBLICA

GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Joxel García

Hiram R. Morales Lugo

Jesús Nieves Mitaynez

3

GLOBALIZAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E GOVERNABILIDADE

SAÚDE PÚBLICA INTERNA E GLOBAL: PROBLEMAS ÉTICOS E DE GOVERNANÇA

George A. O. Alleyne

43

GLOBALIZAÇÃO E SAÚDE: DESAFIOS PARA OS SISTEMAS DE SAÚDE EM UM MUNDO INTERDEPENDENTE

Julio Frenk

Octavio Gómez Dantés

65

S U M Á R I O

NOVO REGULAMENTO SANITÁRIO INTERNACIONAL: PLATAFORMA PARA A GOVERNAÇÃO MUNDIAL EM SAÚDE	
<i>Guillermo J. Avilés Mendoza</i>	79
GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE E SAÚDE PÚBLICA: REFLEXÕES, COMENTÁRIOS E PERSPECTIVAS	
A GLOBALIZAÇÃO E OS DILEMAS DA SAÚDE UNIVERSAL	
<i>Mirta Roses Periago</i> <i>Fernando Lolas Stepke</i>	103
OS EFEITOS DA MIGRAÇÃO	
<i>Rosa Pérez Perdomo</i>	111
GLOBALIZAÇÃO E PERDA DE IDENTIDADE	
<i>Emilio Mordini</i>	125
EXPERIÊNCIAS, PROCESSOS E DINÂMICAS REGIONAIS	
POBREZA, DESIGUALDADE E SAÚDE PÚBLICA NA REGIÃO AFRICANA	
<i>Luis G. Sambo</i>	135
DESIGUALDADE, SAÚDE PÚBLICA E ÉTICA O CASO LATINO-AMERICANO	
<i>Bernardo Kliksberg</i>	155
A RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS DO MUNDO ANTE A SAÚDE PÚBLICA DE SUAS POPULAÇÕES	
<i>María del Rocío Sáenz Madrigal</i>	187
GLOBALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL DE UMA PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA	
<i>Renato Alarcón</i> <i>Marina J. Piazza</i>	209

NÚMERO IV
2006-2007

S U M Á R I O

**MODELOS, NORMAS E DIFERENÇAS NA ELABORAÇÃO
E IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA**

**A TOMADA DE DECISÕES COM BASE CIENTÍFICA EM SAÚDE
PÚBLICA**

David Mowat

231

**REDEFININDO PARADIGMAS EQUÍVOCOS DA SAÚDE:
SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA MÉDICA E NA POLÍTICA PÚBLICA
DE SAÚDE**

Jorge R. Miranda-Massari

José R. Rodríguez

Michael J. González

249

Mirta Roses Periago & Fernando Lolas Stepke



**REVISTA DO CENTRO PARA O DESENVOLVIMENTO
DO PENSAMENTO ÉTICO**



“Honrando la Confianza del Pueblo”

NÚMERO IV

2006-2007

2006-2007

ESCRITÓRIO DE ÉTICA GOVERNAMENTAL DE PORTO RICO

Em 1985, o Governo do Estado Livre Associado de Porto Rico entregou-se à tarefa de criar mediante legislação uma estrutura normativa que fosse caracterizada por incorporar a excelência e a transparência no serviço público. Assim, foi promulgada a Lei de Ética Governamental do Estado Livre Associado de Porto Rico, Lei n.º 12, de 24 de julho de 1985, emendada, que criou o Escritório de Ética Governamental de Porto Rico (OEG). O OEG pratica duas políticas públicas: prevenção e fiscalização. A política preventiva identifica, analisa e educa sobre os valores que o OEG deve ressaltar a fim de gerar os mais altos níveis de honestidade, severidade e eficiência no desempenho dos(as) servidores(as) públicos(as). A política de fiscalização zela pelo cumprimento das disposições legais que estabelecem determinadas proibições aos(as) servidores(as) públicos(as).

CENTRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ÉTICO

O Centro para o Desenvolvimento do Pensamento Ético (CDPE) foi criado em maio de 2000, mediante Ordem Administrativa do OEG, como medida para intensificar a educação e promoção da ética e dos valores públicos. Um ano depois, a Assembléia Legislativa elevou o CDPE à classe estatutária, através da Lei n.º 13, de 11 de abril de 2001, que emendou a Lei de Ética Governamental, acima citada, para adicionar o Artigo 2.7. A missão do CDPE é ampliar e intensificar a política pública de prevenção através da educação, pesquisa e promoção do pensamento ético para incentivar o desenvolvimento contínuo da excelência daqueles que integram o serviço público. O CDPE reconhece que seu dever de educar exige que se mantenha em dia com o vasto crescimento da pesquisa acadêmica sobre ética pública e governamental. A pesquisa permite projetar políticas de intervenção que logrem desenvolver a cultura ética do serviço público. A missão e os deveres do CDPE o estabelecem como uma entidade acadêmica orientada para investigar e divulgar a análise ética, mediante cursos e publicações que contribuam para o desenvolvimento do serviço público de Porto Rico.

***ETHOS* GUBERNAMENTAL**

A Revista *Ethos* Gubernamental é a primeira publicação anual local, dedicada à pesquisa, análise e reflexão acadêmica sobre ética em geral e ética governamental. O propósito de *Ethos* é prover o espaço para que a pesquisa acadêmica conduzida, coordenada e incentivada pelo CDPE passe à etapa de publicação, necessária para a difusão e discussão das idéias. O objetivo de *Ethos* é incrementar a análise e a deliberação ampla sobre a ética, a fim de atualizar continuamente sua pertinência para a sociedade em geral.

APRESENTAÇÃO

Estimado leitor, o conhecimento e a experiência pública contemporânea no tocante à globalização, à democracia e ao desenvolvimento, sugerem que a pesquisa estratégica descubra novas sendas e produza oportunidades para as análises inclusivas e as reflexões pluralistas, voltadas para a promoção da qualidade democrática da gestão pública mundial. Como Número Especial, *Ethos* Governamental IV contribui para criar os espaços nos quais se possam relacionar os conteúdos heterogêneos dessa atividade informada, pensante e diferente. Evidentemente, embora seja um passo necessário para contribuir para o desenvolvimento econômico inclusivo do mundo, situar-se nas diferenças é insuficiente em si mesmo. Além de localizar-se nos cenários, é necessário atuar neles e concentrar a atenção nas situações mais difíceis.

Como ponto de partida, deve-se reconhecer que a pobreza mundial é inaceitável e que as iniciativas organizadas e subscritas pelos acordos internacionais para superá-la necessitam ser incorporadas em agendas locais e regionais altamente comprometidas. Por sua vez, estas devem ser objeto de supervisão efetiva; e as iniciativas devem ter acesso aos recursos necessários para administrar resultados concretos em períodos de tempo determinados dentro das mais altas normas de sensibilidade humana no plano global.

Comprometer-se efetivamente com essa gestão implica estabelecer como valor mundial a saúde e a educação dos seres humanos. Deixar de considerar o que globalmente sabemos ser inaceitável e adverso para a continuidade das civilizações como as conhecemos significa que aquilo que deve ser rejeitado por todos haverá de continuar se reproduzindo a passos insuspeitados: a população mundial poderia aumentar em 50% durante os próximos 50 anos e com isso haverão de se reproduzir as condições da pobreza mundial.

Por outro lado, devem ser levados em conta os padrões de consumo no âmbito mundial. Destaca-se o consumo de alimentos, cuja demanda poderia aumentar em 80%. Na medida em que os grupos humanos do século XXI optem por se radicar

preferivelmente nos centros urbanos, o aumento populacional haverá de gerar um incremento de 100% na produção de infraestrutura urbana e de mais de 200% nas áreas relacionadas com os serviços na área da energia.

É necessário organizar o desenvolvimento inclusivo das populações, orientar as modalidades de consumo, sensibilizar os mercados e otimizar o rendimento dos governos, em função do futuro da superfície terrestre. A qualidade do ar e da água, as transformações climatológicas, o surgimento e a difusão das doenças e as exigências da convivência humana contemporânea constituem o quadro de referência mundial cujo manejo irá determinar a qualidade da democracia global. A interdependência dos problemas mundiais requer atores, idéias, processos e iniciativas globais: a saúde humana—que não se deve isolar da saúde do planeta—provê um quadro de referência local, regional e global inquestionável, para definir o tipo de desenvolvimento para o qual se deve dirigir a comunidade mundial deste século.

Dadas essas condições, é necessário que as organizações públicas deste século sejam capazes de juntar seus talentos e recursos para enfrentar os desafios humanos a partir de múltiplas iniciativas. O Escritório de Ética Governamental de Porto Rico (OEG) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) uniram seus recursos e esforços para gerar conhecimento sobre temas de relevância mundial, por um prisma eminentemente público, logrando trabalhar com problemas que merecem ser considerados prioritariamente na agenda pública mundial de hoje. Agradecemos particularmente a colaboração dos autores que contribuíram para o projeto e aos membros da Junta Editorial Especial que participaram no processo de análise e avaliação dos trabalhos. *Ethos* Gubernamental IV é compartilhada como um bem público globalizado, que aspira a servir às necessidades da democracia e da gestão pública mundial contemporânea.

Lcdo. Hiram R. Morales
Diretor executivo
OEG

Dra. Mirta Roses
Diretora
OPAS

Mirta Roses Periago & Fernando Lolas Stepke

**A GLOBALIZAÇÃO E A GESTÃO
PÚBLICA**

2006-2007

A globalização e os dilemas da saúde universal

**GLOBALIZAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E
GOVERNABILIDADE**

ETHOS GUBERNAMENTAL

Mirta Roses Periago & Fernando Lolas Stepke

**GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE E
SAÚDE PÚBLICA: REFLEXÕES,
COMENTÁRIOS E PERSPECTIVAS**

2006-2007

A globalização e os dilemas da saúde universal

**EXPERIÊNCIAS, PROCESSOS E
DINÂMICAS REGIONAIS**

ETHOS GUBERNAMENTAL

Mirta Roses Periago & Fernando Lolas Stepke

**MODELOS, NORMAS E DIFERENÇAS
NA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO
DAS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA**

2006-2007

A globalização e os dilemas da saúde universal



**REVISTA DO CENTRO PARA O DESENVOLVIMENTO
DO PENSAMENTO ÉTICO
ESCRITÓRIO DE ÉTICA GOVERNAMENTAL
DE PORTO RICO**

**NÚMERO IV
2006-2007**

Lcdo. Hiram R. Morales Lugo
Diretor Executivo

Gladys M. Malpica de Schaffer
Subdiretora

JUNTA EDITORIAL

Jesus E. Nieves Mitaynez
Diretor

Alba I. Vargas Román
Editora associada

Juanita Sepúlveda
Secretária

ETHOS GUBERNAMENTAL

A Revista *Ethos Gubernamental*, publicada anualmente, é dirigida e editada por uma Junta Editorial que opera na Área Acadêmica do Centro para o Desenvolvimento do Pensamento Ético do Escritório de Ética Governamental de Porto Rico.

MANUSCRITOS: A Revista *Ethos Gubernamental* fomenta a pesquisa sobre todos os aspectos relacionados à ética, entre os quais a inerência que tem o fator ético sobre as gestões governamentais internas e sua pertinência e impacto nas relações internacionais contemporâneas. Convida-se o público a submeter artigos e resenhas. A Junta Editorial avalia todos os trabalhos que recebe. A publicação de um documento não significa necessariamente que o Escritório de Ética Governamental é solidário com as idéias expressas pelos autores.

DIREITOS AUTORAIS: Os direitos autorais dos artigos publicados na Revista *Ethos Gubernamental* são retidos pelos autores. A Revista *Ethos Gubernamental* reserva-se o direito de reproduzir eletronicamente os artigos. Cada autor garante que seu artigo não foi publicado anteriormente e consente a não publicá-lo em outra revista por um período dos dois anos após a sua publicação na Revista *Ethos Gubernamental*.

Os interessados podem-se comunicar pelo telefone (787) 622-0305 ou mediante correio eletrônico: ethos@oeg.gobierno.pr

O endereço postal da Revista *Ethos Gubernamental* é:

Revista *Ethos Gubernamental*
Área de Assuntos Acadêmicos, CDPE
Escritório de Ética Governamental
P.O. Box 194200
San Juan, Porto Rico 00919-4200



**REVISTA DO CENTRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
PENSAMENTO ÉTICO
ESCRITÓRIO DE ÉTICA GOVERNAMENTAL DE PORTO
RICO**

**NÚMERO IV
2006-2007**

JUNTA EDITORIAL ESPECIAL

Jesus Nieves Mitaynez
Coordenador

Luis G. Cuervo
Chefe, Unidade de Promoção e
Desenvolvimento de Pesquisas
Organização Pan-Americana da
Saúde (OPAS)

Javier Vázquez
Assessor regional em Direitos
Humanos–OPAS

Donna Eberwine
Editora–OPAS

Sandra Summers

Moisés Herrera Solís
Diretor Adjunto Geral
Escritório de Assuntos
Jurídicos do México

Leonides Santos e Vargas
Diretor
Instituto de Bioética
Recinto de Ciências Médicas
Universidade de Porto Rico

Manuel A. Morales
Chairman and
Senior Counselor-QBS

Oficial de Programas–OPAS

Yanka G. Epstein
Secretária executiva - OPAS

Doraliz E. Ortiz de León
Oficial jurídico
Tribunal dos EUA. para o
Distrito de P.R.

A globalização e os dilemas da saúde universal



**REVISTA DO CENTRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
PENSAMENTO ÉTICO**



“Honrando la Confianza del Pueblo”

NÚMERO IV

2006-2007

ETHOS GUBERNAMENTAL

ESCRITÓRIO DE ÉTICA GOVERNAMENTAL DE PORTO RICO

Em 1985, o Governo do Estado Livre Associado de Porto Rico entregou-se à tarefa de criar mediante legislação uma estrutura normativa que fosse caracterizada por incorporar a excelência e a transparência no serviço público. Assim, foi promulgada a Lei de Ética Governamental do Estado Livre Associado de Porto Rico, Lei n.º 12, de 24 de julho de 1985, emendada, que criou o Escritório de Ética Governamental de Porto Rico (OEG). O OEG pratica duas políticas públicas: prevenção e fiscalização. A política preventiva identifica, analisa e educa sobre os valores que o OEG deve ressaltar a fim de gerar os mais altos níveis de honestidade, severidade e eficiência no desempenho dos(as) servidores(as) públicos(as). A política de fiscalização zela pelo cumprimento das disposições legais que estabelecem determinadas proibições aos(as) servidores(as) públicos(as).

CENTRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ÉTICO

O Centro para o Desenvolvimento do Pensamento Ético (CDPE) foi criado em maio de 2000, mediante Ordem Administrativa do OEG, como medida para intensificar a educação e promoção da ética e dos valores públicos. Um ano depois, a Assembléia Legislativa elevou o CDPE à classe estatutária, através da Lei n.º 13, de 11 de abril de 2001, que emendou a Lei de Ética Governamental, acima citada, para adicionar o Artigo 2.7. A missão do CDPE é ampliar e intensificar a política pública de prevenção através da educação, pesquisa e promoção do pensamento ético para incentivar o desenvolvimento contínuo da excelência daqueles que integram o serviço público. O CDPE reconhece que seu dever de educar exige que se mantenha em dia com o vasto crescimento da pesquisa acadêmica sobre ética pública e governamental. A pesquisa permite projetar políticas de intervenção que logrem desenvolver a cultura ética do serviço público. A missão e os deveres do CDPE o estabelecem como uma entidade acadêmica orientada para investigar e divulgar a análise ética, mediante cursos e publicações que contribuam para o desenvolvimento do serviço público de Porto Rico.

***ETHOS* GUBERNAMENTAL**

A Revista *Ethos* Gubernamental é a primeira publicação anual local, dedicada à pesquisa, análise e reflexão acadêmica sobre ética em geral e ética governamental. O propósito de *Ethos* é prover o espaço para que a pesquisa acadêmica conduzida, coordenada e incentivada pelo CDPE passe à etapa de publicação, necessária para a difusão e discussão das idéias. O objetivo de *Ethos* é incrementar a análise e a deliberação ampla sobre a ética, a fim de atualizar continuamente sua pertinência para a sociedade em geral.

A globalização e os dilemas da saúde universal

®Pelo Escritório de Ética Governamental de Porto Rico

©Todos os Direitos Reservados